

## **O CIBERFEMINISMO COMO FERRAMENTA DE ENFRENTAMENTO ÀS DESIGUALDADES DE GÊNERO: UMA ANÁLISE PELA PERSPECTIVA DAS MULHERES NEGRAS**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.008-004>

**Marcela da Silva Melo**

Mestra em Avaliação de Políticas Públicas (UFC, 2019), graduada em Administração (2016). Foi pesquisadora do Grupo de Avaliação de Políticas Públicas (GPAPP) do IFCE Campus Acaraú

E-mail: [marcelamelo@ifce.edu.br](mailto:marcelamelo@ifce.edu.br)

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/1797605417118544>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-2073-8504>

### **RESUMO**

O presente estudo objetiva conceber o ciberfeminismo como ferramenta de visibilidade ao Feminismo Negro. Dessa forma, apresentamos as questões de gênero e raciais envolvidas, e o ciberfeminismo com suas possibilidades de alterar o lugar da mulher negra no mundo, a partir do uso das mídias pelo Feminismo Negro.

**Palavras-chave:** Cyberfeminismo; Interseccionalidade; Patriarcado.



## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva conceber o ciberfeminismo como ferramenta de visibilidade ao Feminismo Negro. Dessa forma, apresentamos as questões de gênero e raciais envolvidas, e o ciberfeminismo com suas possibilidades de alterar o lugar da mulher negra no mundo, a partir do uso das mídias pelo Feminismo Negro.

Não há como negar: as mulheres sofrem discriminações no Brasil (e em diversos países do mundo) e esta realidade agrava-se exponencialmente quando analisamos a partir das perspectivas da mulher negra e pobre. Às mulheres são atribuídos menores salários que aos homens para desempenhar as mesmas funções laborativas remuneradas; além de serem constantemente questionadas caso não pratiquem a feminilidade e a subserviência; mulheres são assediadas diariamente ao realizar um simples passeio pelas vias públicas, por exemplo; mulheres têm a sua sexualidade reprimida reiteradamente. Enfim, há uma extensa lista de situações e de contextos que confirmam a afirmação inicial.

Tem sido de relevante valor o papel desempenhado pelos movimentos sociais nas últimas décadas, responsáveis pela ampliação do leque de reivindicações sociais e políticas rumo à constituição de uma nova cidadania, e tem colaborado com a publicização das desigualdades sociais existentes. Infelizmente, ainda não se desfizeram das distâncias sociais que demarcam e diferenciam a dicotomia e as contradições de classe e não promoveu rupturas significativas, como, por exemplo, as propostas pelo movimento feminista para transformar os processos de dominação do homem sobre a mulher. Dessa maneira, as relações de poder que permeiam as relações entre os gêneros ainda objetivam inferiorizar e agredir as mulheres, especialmente as mulheres negras (Ferreira, 2007). Visto que,

Infelizmente a questão racial ainda faz parte da vida cotidiana da população negra [...] no Brasil e sempre que somos lembrados, somos lembrados de forma subalternizada ou inferiorizada. Quem sente na pele o sentimento negativo da sua cor, dos seus traços ou da sua cultura sabe que quando alguém nomeia pela cor da pele está acionando racialmente um determinado grupo étnico. Assim, compreendemos que biologicamente não temos várias raças, como defendia Hitler no holocausto contra os judeus, mas culturalmente os negros no mundo são racializados (Borges; Fernandes, 2018, p.80).

O texto que segue está dividido em quatro partes, quais sejam: A questão de gênero e suas imbricações na sociedade; A mulher negra: a mais excluída dentre os excluídos; O feminismo como via de superação das desigualdades de gênero; e O ciberfeminismo como ferramenta de visibilidade. O estudo foi realizado por meio de vasta pesquisa bibliográfica.

## 2 A QUESTÃO DE GÊNERO E SUAS IMBRICAÇÕES NA SOCIEDADE

Para Bauman (1999, p.18) “a liberdade civil depende do direito patriarcal”. Na história da Humanidade, teremos o contrato social como personificação da liberdade, mas o contrato sexual, ao



contrário, configura-se como uma história de sujeição. Assim, o contrato original cria a liberdade e a dominação, obviamente, trata-se da liberdade do homem e da sujeição da mulher. Logo, a liberdade civil, nem de longe, é universal, mas um atributo masculino e dependente do direito patriarcal (Pateman, 1993). Ressalte-se, para além disso, que

O patriarcado deixou de ser paternal há muito tempo. A sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder dos pais; no mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens enquanto homens, ou enquanto fraternidade. O contrato original [...] cria o patriarcado fraternal moderno (Bauman, 1999, p.18).

Desse modo, não importa em qual sociedade, no tempo ou espaço, em que estejamos inseridas, ao longo dos séculos, uma hierarquia específica sempre foi de supra importância em todas as sociedades humanas: a de gênero, em que “o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é apresentado como um reflexo da própria ordem da natureza” (Bauman, 1999, p.35). Pois, a sociedade se desenvolve com base no entendimento de que nascemos com ideias morais, assim como nascemos com nossos olhos, boca e nariz. Essa ignorância assertiva em determinar nosso comportamento prático faz com que consideremos como natural aquilo que, na realidade, é uma invenção humana, uma construção histórica (Souza, 2018). Daí a essencialidade de conscientizar a população, a fim de que percebam que

Nada disso é decisão individual apenas. A nossa concepção positiva ou negativa dos outros está permeada por avaliações sociais que funcionam como o estopim fundamental para qualquer afeto individual. Daí por que reconstruir a genealogia das hierarquias morais que nos comandam é tão importante e fundamental para a compreensão de um indivíduo e de seu mundo social (Souza, 2018, p.41).

Não por acaso, ao longo dos tempos, foram reproduzidos estereótipos a respeito do papel feminino e que são responsáveis pela construção de discursos excludentes como o de que política não é para mulher. Isto contribuiu para que a mulher permanecesse nos espaços domésticos. Dessa forma, vão se reproduzindo emaranhados de costumes responsáveis por tecer cotidianos diferenciados na estrutura social como um todo (Ferreira, 2007).

Por conseguinte, temos a identidade social da mulher, assim como a do homem, caracterizada por atribuições de papéis distintos esperados pela sociedade. Diante disso, a mulher terá seu espaço de atuação bem delimitado, no qual a socialização dos filhos será uma das tarefas atribuídas tradicionalmente às mulheres, a quem até lhe é permitido delegar esta tarefa a outra pessoa da família ou outrem contratado para esta finalidade, contudo, até esta permissão é limitada, pois se legitima apenas quando a mulher tem a necessidade de suprir o próprio sustento ou para complementar a renda do marido. Contudo, caso a mulher pertença às classes dominantes, a esta é dispensada a legitimação da necessidade de trabalhar, sendo-lhe permitido desfrutar da vida ociosa, pelo menos no que estiver relacionado aos trabalhos manuais envolvidos



na criação dos filhos. Desse modo, além das mazelas que permeiam o ser mulher, há ainda a variante de classe social nos elementos constitutivos do sexo feminino (Saffioti, 1987).

A análise até aqui percorrida é para compreender como as narrativas de naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra as mulheres e outras categorias findam por constituir o caminho mais curto e fácil no intuito de legitimar uma superioridade dos homens, bem como dos brancos, dos heterossexuais e dos ricos, em um processo definido pela naturalização da discriminação com bases exclusivamente socioculturais (Saffioti, 1987).

Nesta lógica, teremos que as mulheres trabalham mais, não importa se são orientais ou ocidentais, que sejam donas de casa ou que tenham empregos remunerados. Uma paquistanesa, por exemplo, gasta 63 horas por semana nas tarefas domésticas, e mesmo quando analisamos donas de casa ocidentais, com seus aparelhos modernos, elas trabalham apenas seis horas a menos. Infelizmente esta não é uma realidade que mostre sinais de igualdade de participação entre os gêneros nos próximos anos, pois os homens não querem renunciar espontaneamente a um sistema em que metade da população mundial (onde eles não estão inclusos) trabalham de graça, pois significaria para estes homens mais concorrência no local de trabalho e mais trabalho quando em casa (Wolf, 2019).

No limiar do contexto histórico, essas estruturas de dominação não são modificadas unicamente por meio de alterações na legislação, mesmo reconhecendo a importância dessas, pois ao considerar que as discriminações são legitimadas pela ideologia dominante, especialmente contra a mulher, teremos situações em que até os próprios agentes da justiça penderão a realizar seus julgamentos à luz do sistema de ideias que justifica o presente estado das coisas. Nesta conjectura, testemunhamos e ainda testemunharemos, a polícia, a justiça, ou seja, a sociedade como um todo transformando a mulher vítima em ré, até mesmo depois de sua morte. Além do mais, de maneira geral, a educação feminina é direcionada para a socialização do papel de vítima, um componente masoquista desta educação feminina que mina, em seus alicerces, as possibilidades do ser mulher e incute a aceitação do sofrimento como destino de sua existência (Saffioti, 1987).

Quando analisamos o cenário brasileiro, tivemos até recentemente, como representante máximo da nação, nada menos que um exímio executor da necropolítica<sup>1</sup>, Jair Messias Bolsonaro, e este não estava no poder à toa, ele correspondia às expectativas de estratos sociais afligidos com as mudanças implementadas nos governos petistas. Uma parte da população que buscava restaurar a hierarquia de gênero, a dominância do casamento heterossexual, a orientação religiosa de conduta e a educação fundada na autoridade. Assim, embora os governos petistas tenham aberto espaços importantes à agenda feminista, parte do país busca o

---

<sup>1</sup> F A origem do termo parte da obra do filósofo, teórico político, historiador e intelectual camaronês Achille Mbembe. Surge o termo “necropolítica”, questionamento se o Estado possui ou não “licença pra matar” em prol de um discurso de ordem. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/> > Acesso em: 12/05/2025



conforto de estar sob ministérios essencialmente masculinos, num aceno que indica que o “tchau, querida” não foi levianamente. O ponto chave é perceber que essa retórica não é conservadora, mas reacionária (Abranches *et al*, 2019).

A sociedade civil, por seguir a prescrição patriarcal, objetiva submeter as mulheres aos homens não apenas na esfera particular, mas também na pública. Com isto, vemos investidas contra os direitos das mulheres atualmente, em uma clara violência política contra estas. Violência que perpassa a censura ao debate sobre gênero nas escolas, assim como a exclusão das políticas públicas das perspectivas de gênero, situação que indica a cumplicidade do Estado na perpetuação das desigualdades e violências que permeiam o cotidiano das mulheres na sociedade brasileira (Biroli, 2016b). São situações que denotam a exclusão das mulheres da vida pública, exclusão esta que indica que são os homens que detêm os instrumentos capazes de dar sentido, peso e importância às experiências delas na esfera pública (Biroli, 2016a).

### **3 A MULHER NEGRA: A MAIS EXCLUÍDA ENTRE OS EXCLUÍDOS**

Analisada no âmbito geral, a supremacia masculina perpassa todas as classes sociais, inclusive configurando-se no campo da discriminação racial, dessa forma, a última colocada na “ordem das bicadas” é a mulher, e, na sociedade brasileira, é preciso ressaltar que a última posição é preenchida pelas mulheres negras e pobres. Logo, todos os tipos de discriminação beneficiam uma maior exploração, não apenas no que tange às questões de gênero, mas também no que se refere às discriminações raciais (Saffioti, 1987).

Mbembe (2014), expressa que a raça seria mais que um conceito, mas foi e continua sendo um projeto colonial que objetivou dividir a população africana de melanina acentuada em não humanos para transformá-la em escrava. Contudo, mesmo com o fim da escravidão, ainda no século XIX, identifica-se uma perpetuação dos processos de extermínio econômico, social e cultural, os quais são executados por meio de um projeto de necropolítica, no âmago dos países que foram colonizados.

Situação perceptível ao analisar a existência da política do deixar morrer, corporificada por meio da quantidade de negros desempregados ou exercendo os chamados subempregos, ou mesmo na ausência de hospitais ou postos de saúde nas periferias das grandes cidades, em que a população negra é maioria. Pode-se verificar também no descaso do estado com a juventude negra, que não tem acesso a lazer, cultura ou artes (Borges; Fernandes, 2018). Isto posto, essa divisão em raça, criada pela Europa, transformou homens e mulheres negras em sub-humanos, como “aquele (ou ainda aquilo) que se vê quando nada se vê, quando nada se compreende e, sobretudo, quando nada se quer compreender” (Mbembe, 2014, p.10). E, caso almejem ascender à posição de humanos, o farão mediante a desistência de sua cultura, de sua linguagem e até de suas origens, com o fito de absorver a cultura branca, que é a caracterizada como cultura humana (Borges; Fernandes, 2018).



Inegavelmente, a base da pirâmide social é composta pelas negras e pobres desta nação, o que já indica um certo nível de vantagem para as mulheres melhor posicionadas, que podem contar com seu trabalho, mesmo que mal remunerado, para driblar a divisão sexual (Biroli, 2016b).

As negras [...] têm sido as pessoas que cuidam das famílias brancas. Essa vantagem estrutural na relação entre negras e brancas permitiu que estas últimas adquirissem instrução e buscassem oportunidades de carreira, o que de outro modo não teriam conseguido fazer, no contexto de uma relação heterossexual convencional, em que se espera que as mulheres cuidem da casa e da família (Hanchard, 2001, p. 155).

São por esses motivos, que teóricas e ativistas políticas feministas trazem à tona a crítica política quanto à exclusão social, a partir de um nítido problema de seletividade das democracias políticas, que privilegiam os homens não apenas por sua condição masculinas, mas também por sua posição nas relações de classe e de raça e condenam as mulheres negras ao estrato das mais excluídas dentre os excluídos (Biroli, 2016a).

#### **4 O FEMINISMO COMO VIA DE SUPERAR AS DESIGUALDADES DE GÊNERO**

A narrativa que nos guiou até aqui é o sustentáculo para o entendimento de que a base comum de luta dos movimentos sociais, em particular do movimento feminista, é a negação às mulheres o direito à participação na vida política e a o impedimento do exercício pleno da cidadania, circunstâncias que lhe negam possibilidades de serem vistas e ouvidas, o que contribui para os limites da vida privada a que foram compelidas (Ferreira, 2007).

Em face dessa desumanização a que as mulheres estão sujeitas, desenvolve-se uma ideologia de luta a fim de buscar formas de alterar essa realidade secular retratada – manifesta-se o feminismo – que aqui o interpretaremos como um movimento social, filosófico, político e ideológico que busca a libertação dos padrões opressores patriarcais, a partir do empoderamento feminino (Melo, 2020).

O empoderamento parte da mudança tradicional de superioridade em relação a opções de vida, de bens e opiniões de um indivíduo sobre outro indivíduo, desencadeando desempoderamento no propósito de desarticular a posição privilegiada que algum sujeito usufrui em face da figura de outro sujeito (Campos, 2014, p. 108).

Para tanto, tenhamos em mente que nós feministas somos formadas, não nascemos feministas. Portanto, uma mulher precisa escolher aderir às políticas feministas. Na primeira vez que as mulheres se organizam em grupos a fim de tratar sobre questões relacionadas ao sexismo e à dominação masculina, estas foram diretas quanto à identificação de que mulheres eram tão socializadas para acreditar nos pensamentos e valores sexistas quanto os homens. A única diferença é que não eram elas as beneficiadas



com esta situação. Dessa forma, não haveriam como alterar as bases do patriarcado, sem antes atuarem fortemente para mudar a si mesmas, era necessário criar consciência (Hooks, 2019).

Dessa maneira, o feminismo, como processo de aprendizagem do ser mulher, atuou tanto no despertar dessas mulheres para suas potencialidades, quanto por gerar a ruptura com a situação de submissão histórica. A convivência entre essas mulheres e a troca de experiências fez com que se identificassem umas com as outras, além de permitir descobrirem que a opressão as atingia cotidianamente, seja nos espaços públicos ou privados (Ferreira, 2007).

O feminismo e o ser feminista estão associados a rupturas nas estruturas sociais que tem interdito às mulheres o seu direito de cidadania. Ser feminista pressupõe estar comprometida com a luta histórica das mulheres, assumindo posturas de indignação e contribuindo para questionar práticas conservadoras que excluem as mulheres dos processos de decisão assim como, nega a sua contribuição na construção da democracia (Ferreira, 2007, p.71).

Contudo, desde o princípio, fica evidente que as mulheres brancas reformistas com privilégio de classe buscavam o poder e a liberdade que elas percebiam que os homens de sua classe aproveitavam. A resistência à dominação patriarcal em seus lares possibilitou-lhes uma conexão que poderiam se unir ao longo das classes, com outras mulheres também saturadas da dominação masculina. Contudo somente as mulheres privilegiadas usufruíram do luxo de imaginar que trabalhar fora de casa seria suficiente para proporcionar ganhos suficientes para deixá-las economicamente autossuficientes, uma vez que as mulheres da classe trabalhadora já conheciam a realidade em que o salário recebido não tem o poder suficiente para libertá-las (Hooks, 2019).

Essas mulheres que aderiram a grupos feministas compostos por classes diversas estavam entre as primeiras a enxergar que a visão de uma sororidade fundamentada em política, em que todas as mulheres estariam unidas para lutar contra o patriarcado, não conseguiria emergir até que a questão de classe fosse confrontada (Hooks, 2019, p.68).

E foi essa inserção de classe na pauta feminista que promoveu as interseções entre classe e raça de forma aparente. Na essência desse sistema social de raça, sexo e classe institucionalizados, eram as mulheres negras que ocupavam a base da pirâmide. Teremos inicialmente movimentos feministas compostos em sua maioria por mulheres brancas, com elevado nível educacional e com origem na classe trabalhadora, mas a voz da experiência era das mulheres negras, pois elas conheciam os custos cobrados pela resistência à dominação de raça, classe e gênero. Elas dominavam o significado de lutar para mudar a situação econômica de alguém (Hooks, 2019).

Ao chamar a atenção para a necessidade de transformação do homem e da mulher, o feminismo propõe à sociedade uma rediscussão coletiva acerca de seu projeto de vida e de seu projeto político. Ao constatar que os problemas das mulheres têm raízes sociais e culturais profundamente sedimentadas, as feministas apontam para novos horizontes. [...]que não basta mudar a lei [...] se



não houver esforços no sentido de modificar comportamentos em relação às mulheres (Ferreira, 2007, p. 57).

Ao longo da década de 1990, teremos os feminismos latino-americanos expandindo seu campo de ação e envolvendo novas arenas culturais, políticas e sociais. Movimentos se transversalizaram e organizações de mulheres negras, indígenas e rurais cresceram acentuadamente ampliando os parâmetros da agenda do movimento. E essa propagação das perspectivas feministas tem sido capaz de gerar resultados positivos em políticas públicas e, aos poucos, vai incutindo no imaginário e na cultura popular, gerando uma diluição das resistências ideológicas que ainda persistam com relação ao feminismo por setores mais progressistas da sociedade brasileira, mas infelizmente também alavanca uma reação considerável por parte dos setores mais conservadores (Lima, 2019).

Nesse contexto, identificaremos o feminismo negro, como um movimento de mulheres que atua tanto na esfera da discussão de gênero quanto na luta antirracista. Trata-se, portanto, de um movimento de construção teórica de mulheres negras, por meio de uma análise política e intelectual, e com o foco na mudança social com atuação no campo ideológico em que estão inseridas. Significa enegrecer o feminismo de forma que as mulheres negras que atuam no interior do feminismo brasileiro consigam se sentir representadas de fato e de direito, uma vez que o feminismo com identidade branca e ocidental é insuficiente na teoria e na prática para integrar as diferentes expressões necessárias à construção de um feminismo multirracial e pluricultural. Para tanto, a inserção das mulheres negras nas universidades influenciou não apenas o nascimento do feminismo negro, como proporcionou reflexões e o engajamento em atividades políticas (Lima, 2019).

## **5 O CIBERFEMINISMO COMO FERRAMENTA DE VISIBILIDADE**

Um fator relevante à análise aqui engendrada refere-se aos meios de comunicação, que se configuram como perpetuadores de estereótipos da representação feminina negra. Ao partirmos do pressuposto de que os meios de comunicação não apenas apresentam as representações sociais já sedimentadas no imaginário social, como também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstroem no centro da lógica de produção dos sistemas de representação, pela sua posição central na cristalização de imagens e sentidos a respeito das mulheres negras (Lima, 2019). “O direito a uma imagem positiva tem sido uma das linhas de batalha do feminismo negro desde seu início. [...] trata a imagem ou representação estereotipada como uma forma de violência comparada à doméstica e sexual.” (Lima, 2019, p. 55).

Atualmente, dentro do contexto de disseminação do feminismo, acompanhamos a ampliação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) figurarem como ferramentas estratégicas e indispensáveis para a atuação dos feminismos contemporâneos, que se apresentam marcados pela



horizontalidade dos discursos, com práticas plurais e heterogêneas, a partir da articulação com diversos setores civil (Lima, 2019).

Em decorrência disso, esta realidade de inovações tecnológicas advindas do processo de expansão da globalização das relações capitalista possibilitou o apoderamento de aparelhos eletrônicos, redes sociais, dentre outras ferramentas, com a finalidade de disseminação de conhecimento, que permite o acesso facilitado a conteúdos diversificados. Este é um ponto de inflexão na história, pois permitiu a saída da comunicação/informação passiva, em que as pessoas apenas configuravam como receptoras de informações e não tinham opções para expressar suas críticas e reflexões sobre elas, para a comunicação/interação presente nas interfaces das redes sociais digitais, tais como: Facebook, Twitter, YouTube e Instagram (Borges; Fernandes, 2018).

É nessa senda que ganha notoriedade a discussão sobre o ciberfeminismo como um meio de dar visibilidade ao Feminismo Negro. Para tanto, interpretaremos, para este estudo, o ciberfeminismo como uma filosofia heterogênea, multifacetada e ativa que pretende o empoderamento feminino e a ruptura com estruturas patriarcais apoiada em práticas feministas em rede. Este é um movimento importante porque “as redes sociais digitais permitem que a multiplicidade de vozes ecoe, ampliando as reflexões e o debate, bem como é uma forma de desconstruir o discurso único presente na imprensa de massa” (Borges; Fernandes, 2018, p. 76).

Essas novas tecnologias e demais ferramentas de comunicação permitem aos feminismos a oportunidade de criar e ampliar narrativas contestadoras do discurso até então dominante. Narrativas que potencializam o advento de diversas e infinitas subjetividades, como meios de reinventar as identidades (Lima, 2019).

Embora tenhamos que o “blog foi inicialmente a principal ferramenta de discussão utilizada pelos feminismos em atuação na web” (Lima, 2019, p.59). É corriqueiro comum acessarmos redes sociais digitais e nos depararmos com formas de interação e colaboração sobre o que estiver acontecendo no mundo. Temos um espaço de co-criação e participação ativa, que desenvolve o que pode ser chamado de cultura do compartilhamento e da participação. Dessa forma, temos que o digital em rede parte do pressuposto de que as pessoas sempre têm com o que contribuir, estão engajadas e experimentam o movimento não como mero expectador, mas como autores (Borges; Fernandes, 2018).

Essa geração que está nas escolas e nas redes sociais digitais é composta de pessoas que têm sua história de vida linkada pelas relações do seu cotidiano online e off-line. São estudantes que têm uma concepção cultural sobre gênero, raça, política e religiosidade construída no espaçotempo da sua vida dentrofora da escola (Borges; Fernandes, 2018, p. 76).

As redes sociais, os blogs e a descentralização da produção de conteúdo, proporcionada pela internet, permitiu a abertura de uma via de contestação do racismo epistêmico, bem como a ausência de



representatividade positiva de negros e negras na mídia. Por muito tempo, o discurso restrito à grande mídia, alimentou a negatividade da população negra pela ausência ou pelas representações pejorativas, que impactaram nas subjetividades e na autoestima desses cidadãos pela veiculação de estereótipos e discursos que deturpam e marcam negativamente mulheres, negros, corpos e sexualidades (Lima, 2019). Ou seja, as redes representaram uma via para superar

A dominação cultural (ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria); o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana). (Fraser, 2006, p. 232).

Assim, ao mobilizar reflexões a respeito dos assuntos relacionados ao racismo e machismo, com base em relato de experiências pessoais, de situações cotidianas, de casos midiáticos, as mulheres negras têm a oportunidade de utilizar as ferramentas da internet como um meio para atuarem no desenvolvimento de produções que confrontam as bases epistemológicas da orientação etnocêntrica, ao constituir discursos contra-hegemônicos, em busca de dar visibilidade e voz às experiências negras e femininas. Estas narrativas próprias têm ganhado um alcance incomensurável e formado uma verdadeira rede de informações e compartilhamentos (Lima, 2019).

A força que as redes sociais digitais constituem assemelham-se com as tecituras realizadas por tecelãs, tecituras tão indiscutivelmente imbricadas, que testemunhamos o caso de um médico e influenciador brasileiro, Victor Sorrentino, que foi preso no Egito acusado de assediar uma vendedora. Ele publicou o vídeo do ocorrido em suas redes sociais. O caso ganhou notoriedade quando a iniciativa “Fala UP”, um coletivo voltado para as questões feministas no Egito, deu detalhes do fato. Uma hashtag, que pode ser traduzida como #ResponsabilizemOAssediadoBrasileiro, ficou entre as mais comentadas no Twitter (atual X) do país (Cnn Brasil, 2021). Na ocasião, mais de 2 mil ativistas, no Brasil e no Egito, uniram forças para denunciar o vídeo postado pelo médico (Globo G1, 2021).

Sob o desígnio do ciberfeminismo vemos coletivos feministas mobilizarem estratégias que buscam articular estética, política e comunicação por meio das tecnologias digitais como meios para a emancipação e empoderamento das mulheres. Essas mulheres negras e feministas não buscam apenas um campo para compartilhamentos e trocas, mas essencialmente um espaço que proporcione formas de participação e de intervenção nas agendas políticas da sociedade. Isto é, um campo para a participação e visibilidade dessas minorias que não são possíveis pelas vias tradicionais (Lima, 2019).



## 6 LINHAS (NADA) CONCLUSIVAS

Em nossa realidade, enquanto a história oficial era ensinada, grande parte do povo brasileiro simplesmente ignorava a história real, marcada por perseguições, torturas e homicídios, ou seja, repleta de crueldades praticadas contra aqueles que se levantaram contra o regime. Fato é que a vida social não pode ser resumida às decisões tomadas pelos poderosos, ela também se constitui por meio das ações pessoais e, sobretudo, das decisões coletivas, praticadas no cotidiano. O que tem se tornado límpido é que a história real é cunhada por homens e mulheres anônimos, através da luta diária. Enquanto somente a história oficial é feita por ‘grandes’ homens, uma história que não retrata as lutas político-sociais cotidianas (Saffioti, 1987).

Portanto, enquanto a sociedade brasileira não assumir a questão negra como um todo e não refletir, avaliar e desenvolver formas para conscientizar a população quanto à discriminação racial enraizada neste país, dificilmente o Brasil chegará a uma plena democracia. Faz-se urgente repensar nossa construção de nação, que ao longo de sua história, tem destinado à população negra os piores índices de qualidade de vida e se fundamentado no conceito de democracia racial. Espera-se, portanto, que a discriminação no trabalho, a violência doméstica, a baixa representatividade na política, entre outras, possam ser revistas por meio das políticas públicas com o fito de eliminar esse racismo estrutural (Lemos, 2015).

Deixa-se aqui para discussão a tese de que a verdadeira Democracia só pode ser instaurada quando se destrói o trio patriarcado-racismo-capitalismo. Enquanto o patriarcado e o racismo forem considerados meramente como ideologias e não enquanto relações de poder que são, será impossível chegar-se a uma democracia racial e sexual. Da mesma forma como o patriarcado e o racismo se fundiram com o capitalismo, podem sobreviver a este (Saffioti, 1987, p.94).

Nessa dimensão, o ciberfeminismo vem contribuir significativamente por ir além de uma prática de compartilhamento pelo compartilhamento nas redes sociais digitais, uma vez que as informações circuladas vão além da função de informar sobre o que está acontecendo no mundo, busca afetar e gerar modos de sentir os pertencentes dos acontecimentos compartilhados. Logo, as questões de gênero, de raça e de classe compartilhadas nessas redes afetam as pessoas que se identificam, e esses afetamentos podem causar comoções, indignações e, na maioria das vezes, gera mobilizações virtuais no acionamento de múltiplas vozes que se materializam no mundo offline (Borges; Fernandes, 2018). Não por acaso,

O feminismo nunca foi tão capilarizado na sociedade brasileira e nunca esteve tão presente nas ruas. As mulheres, sobretudo as mais jovens, parecem ter cada vez mais clareza de que seu lugar é qualquer lugar e de que ocupar espaços na política é fundamental para fazer valer suas experiências e dar sentido político a suas necessidades e interesses (Biroli, 2016a<sup>2</sup>)

---

<sup>2</sup> Artigo *online* – sem paginação



Não há dúvidas de que o século XXI será feminino. Por hora, ainda há indicativos de que o patriarcalismo, a apartação e a desigualdade imperam. É bem verdade que temos assistido a múltiplas crises: social, econômica, política, ética, ambiental, cultural, de identidade, de pertencimento, de escolha e de falta de escolhas. Mas não serão estas crises e suas interações que irão nos paralisar. Serão necessárias diversidades nas formas de enfrentar estas questões, mas cada avanço é uma vitória. O mais importante é que sabemos que a chave para alcançarmos a vitória pretendida é a coordenação dos esforços e das lutas, a fim de que as vitórias não se anulem (Wapichana, 2019). E, essas pessoas que individualmente já vislumbram a relevância da geração de conteúdo, da percepção de que a mídia é cada um de nós, todas essas singularidades que temos acesso e com quem podemos interagir é a mutação antropológica da qual necessitamos (Borges; Fernandes, 2018).



## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. et al. Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização; as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BIROLI, Flávia. Mulheres, política e violência. 2016. In: Boitempo Editorial. Blog da Boitempo. São Paulo. 2016a. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/03/mulheres-politica-e-violencia/>> Acesso em: 17/07/2019.
- \_\_\_\_\_. Violência política contra as mulheres. 2016b. In: Boitempo Editorial. Blog da Boitempo. São Paulo. 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/08/12/violencia-politica-contra-as-mulheres/>>. Acesso em: 17/07/2019.
- BORGES, Luzineide Miranda ; FERNANDES, Mille Caroline Rodrigues . Cyberativismo e Educação: o conceito de raça e racismo na cibercultura. Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online), v. 18, p. 75-87, 2018.
- CAMPOS, F. R.; As particularidades do empoderamento da mulher e em consequência o desempoderamento do homem. Revista Faz Ciência, v. 16, p. 80-95, 2014.
- CNN BRASIL. Médico brasileiro é preso no Egito após assediar vendedora. 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/05/31/medico-brasileiro-e-presno-no-egito-apos-assediar-vendedora>> Acesso em: 03/06/2021
- FERREIRA, Mary. As Caetanas vão à luta: feminismo e políticas públicas no Maranhão. 1 ed. São Luís: EDUFMA, 2007.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.
- GLOBO G1. Grupo de ativistas pelo direito das mulheres denunciou vídeo de médico do RS detido no Egito. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/05/31/rede-denuncia-video-medico-rs-egito.ghtml>> Acesso em: 03/06/2021
- HANCHARD, Michael George. Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1946-1988). Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. 6. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- LEMONS, R. O.. Mulheres negras marcham em 2015 pelo bem viver. SER Social (Online), v. 17, p. 207-224, 2015.
- LIMA, Dulcilei C. O feminismo negro na era dos ativismos digitais. CONEXÃO POLÍTICA - REVISTAS ELETRÔNICAS DA UFPI, v. 8, p. 49-70, 2019.



MBEMBE, Achille. Achille Mbembe: "A era do humanismo está terminando". 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>  
Acesso em: 02/06/2021.

MELO, Marcela. Ser Mulher: uma exclusão gerada no ventre da humanidade e alimentada no seio do capitalismo. 1 ed. Rio de Janeiro: Pod, 2020.

PATEMAN, Carole. O contrato sexual. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O poder do macho. 1.ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SOUZA, Jessé. A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

WAPICHANA, Joência. O século XXI será feminino. 2019. In Boitempo Editorial. Blog da Boitempo. São Paulo. 2019. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2019/03/13/o-seculo-xxi-sera-feminino/>>.  
Acesso em: 02/06/2021

WOLF, Naomi. O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. 4.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.